

LOCAL: Rua Casais de Baixo — Famalicão**ASSUNTO:** “Formulário nº 8023 - Licença Especial de Obras Inacabadas”**PROCESSO Nº:** 613/23**REQUERIMENTO Nº:** 2044/23**DELIBERAÇÃO:**

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:À Reunião de Câmara
29-11-2023

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré**CHEFE DE DIVISÃO:**À Dra. Paula Veloso
Para inserir na ordem do dia da
próxima reunião da Câmara
Municipal, conforme Despacho do Sr.
Presidente. 29-11-2023


Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

CHEFE DE DIVISÃO:Exmo. sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré,
concordo, pelo que proponho o deferimento do pedido de licenciamento especial
para a conclusão das obras inacabadas com base nos fundamentos e termos do
teor da informação, com submissão ao órgão executivo para tomada de decisão.
29-11-2023

Maria Teresa Quinto
Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico**INFORMAÇÃO**Exma. Sra. Chefe, da Divisão de Planeamento Urbanístico,
Arq.ª Maria Teresa Quinto,

Tipo de Processo: Processo de Licenciamento de obras

Objeto do requerimento: Requer licença especial para obras inacabadas.

1. Por deliberação tomada em Reunião de Camara de 10.03.2023,, foi declarada a caducidade da licença, por as obras não terem sido concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.

2. Vem o interessado requerer alvará de licença especial para proceder a obras de inacabadas, por um período de 12 meses, apresentando para o efeito os seguintes elementos:

- a)- Calendarização;
- b)- Fotografias do estado do imóvel;
- c)- Descrição do estado da obra e dos trabalhos que faltam realizar.

3. A edificação encontra-se em avançado estado de construção, conforme se comprova pelas fotografias apresentadas, havendo interesse efetivo na sua continuidade quer do ponto de vista urbanístico quer do ponto de vista da segurança de pessoas e bens e do arranjo estético.

4. Da análise da instrução do processo verifica-se que o requerente tem legitimidade e o mesmo se encontra instruído.

5. Assim e nos termos do disposto no nº 1 do Art.º 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 09 de Setembro, propõe-se:

a)- O deferimento, por um período de 12 meses.

6. Caso a decisão proferida seja de acordo com o proposto no ponto anterior, deve o interessado requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano, anexando os seguintes elementos:

- a)- Termo de Responsabilidade pela direção técnica da obra;

- b)- Declaração de Associação ou Ordem Profissional do técnico responsável;
- c)- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico;
- d)- Alvará de construção emitido pelo IMPIC, IP – Classe 01 ou superior;
- e)- Apólice de Seguro de responsabilidade civil com recibo de pagamento;
- f)- Apólice de Seguro de acidentes de trabalho com recibo de pagamento;
- g)- Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços entre a empresa construtora e o diretor técnico da obra;
- h)- Plano de segurança e saúde;
- i)- Livro de Obra (existente) com menção do termo de abertura;
- j)- Certidão permanente da empresa.

28-11-2023



Nuno Ferreira
Engenheiro Civil